

Considerando o que dispõem o art. 136 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, a Portaria Conjunta TJMG nº 320/2013 e a exigência de devolução de processos no prazo de 100 (cem) dias, considerado pelo Conselho Nacional de Justiça no relatório de produtividade exigido mensalmente aos Magistrados, os Juízes de Direito que desejarem concorrer deverão apresentar, no ato de inscrição, certidão negativa de autos em seu poder, sendo inelegível o Juiz de Direito que tiver autos conclusos além desse prazo.

Ficam convocados os Senhores Desembargadores para a Sessão Virtual do Tribunal Pleno, a se realizar no dia 30/03/2026, segunda-feira, com início às 9 horas (nove horas), para a mencionada eleição.

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2026.

a.Desembargador LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

EDITAL SEOESP Nº 002/2026

PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ MEMBRO EFETIVO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – CLASSE DE JURISTA FORMAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE

Nos termos do art. 157, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, comunico às Senhoras Advogadas e aos Senhores Advogados do Estado de Minas Gerais que estarão abertas, no período de 04/02/2026 a 13/02/2026, as inscrições para a formação da lista tríplice relativa ao provimento do cargo de Juiz Membro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Classe de Jurista, na vaga decorrente do término do primeiro biênio do Doutor Vinícius Diniz Monteiro de Barros, previsto para 19.08.2026.

Os requerimentos de inscrição deverão ser protocolizados na Coordenação de Movimentação e Expedição de Documentos da Secretaria do Tribunal de Justiça, Unidade Sede, à Avenida Afonso Pena, 4001, subsolo 2, no período supracitado, ou enviados para o fax daquele setor, através do número: (31) 3306-3016, no horário das 8h às 18h.

O(A) candidato(a) deverá instruir o requerimento de inscrição com a documentação exigida pelas Resoluções TSE nºs 23.517, de 04 de abril de 2017, e 22.978, de 02/12/2008, juntando currículo e declaração de que atende, sob as penas da lei, aos requisitos previstos em atos normativos específicos, nos termos do parágrafo único do art. 157 do Regimento Interno do TJMG.

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2026.

a.Desembargador LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JUNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

CONSELHO DE SUPERVISÃO E GESTÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

GERÊNCIA DE SUPORTE AOS JUIZADOS ESPECIAIS

Gerente em Substituição: **Christian da Silva Portugal**

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA PARA JUÍZES LEIGOS – nº 01/2025

GABARITO PRELIMINAR E O CADERNO DE QUESTÕES

O Excelentíssimo Desembargador LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JÚNIOR, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 26 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, observado o disposto na Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, na Lei Federal nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, bem como os preceitos contidos na Resolução do CNJ nº 174, de 12 de abril de 2013, na Resolução do TJMG nº 792, de 23 de abril de 2015, na Portaria Conjunta Nº 1.103, de 16 de dezembro de 2020, mediante as condições estipuladas neste Edital, anexo e demais disposições legais aplicáveis publica, ao final desta edição, **Gabarito Preliminar** da Prova Objetiva e o **Caderno de Prova** da Seleção Pública em epígrafe.

Fica aberto o prazo de 02 (dois) dias úteis para a interposição de recursos, conforme estabelecido no item 11.2 deste Edital, o qual deverá ser enviado, obedecidas as especificações dos itens 11.3, 11.4 e 11.4.1, bem como observada a retificação publicada na edição 8/2026 do Diário do Judiciário Eletrônico, disponibilizada em 15 de janeiro de 2026, para o e-mail juizleigojesp@tjmg.jus.br.

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2026.

Desembargador LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JÚNIOR, Presidente



Seleção Pública para Formação de Cadastro de Reserva de Juízes Leigos no Sistema dos Juizados Especiais da Capital e do Interior - Edital nº 01/2025

Gabarito

- 1) B
- 2) B
- 3) E
- 4) A
- 5) E
- 6) D
- 7) D
- 8) E
- 9) A
- 10) A
- 11) B
- 12) D
- 13) C
- 14) B
- 15) C
- 16) E
- 17) B
- 18) E
- 19) A
- 20) E
- 21) D
- 22) E
- 23) B
- 24) C
- 25) D
- 26) D
- 27) A
- 28) E

- 29) B
- 30) C
- 31) D
- 32) C
- 33) D
- 34) E
- 35) E
- 36) C
- 37) A
- 38) D
- 39) A
- 40) B

Seleção Pública para Formação de Cadastro de Reserva de Juízes Leigos no Sistema dos Juizados Especiais da Capital e do Interior - Edital nº 01/2025

Caderno de Prova

Instruções

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- Além deste caderno, você receberá a folha de respostas.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- O tempo de duração das provas abrange também a assinatura e transcrição das respostas para as Folhas de Respostas.
- Não haverá substituição da Folha de Resposta por erro do candidato.
- Na correção da Folha de Respostas serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para a realização da prova, já incluído o tempo para a assinatura e transcrição da folha de respostas. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas.
- Não será permitido ao candidato se ausentar em definitivo da sala de provas antes de decorrida 1 (uma) hora do início das provas.
- O candidato poderá levar o Caderno de Questões a partir dos últimos 60 (sessenta) minutos destinados à realização das provas.
- O candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.



Questões de Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 e 2.

O princípio da legalidade, inscrito no art. 5º, II, da Constituição Federal, estabelece que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Aparentemente simples, tal enunciado revela desdobramentos que ultrapassam a esfera meramente formal da lei em sentido estrito. A legalidade, compreendida em sua dimensão material, implica que atos normativos infralegais, como decretos e regulamentos, não podem criar obrigações ou restringir direitos de forma autônoma, mas apenas dar fiel execução à lei.

Por outro lado, em matéria tributária, a legalidade ganha contornos ainda mais rígidos, com a chamada "reserva legal absoluta", que impede a instituição ou majoração de tributos por meio de qualquer ato normativo que não seja lei em sentido formal. A exceção a essa rigidez ocorre na hipótese de alteração de alíquotas de impostos regulatórios, como o IPI e o IOF, cuja modificação, autorizada pelo legislador, pode ser feita por ato do Poder Executivo, em razão da necessidade de intervenção econômica célere.

Não obstante, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem reconhecendo que a legalidade deve dialogar com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, sobretudo quando a aplicação literal da lei conduziria a resultados incompatíveis com a própria Constituição. Dessa forma, a legalidade, longe de ser um dogma absoluto, deve ser interpretada em harmonia com os demais princípios constitucionais, funcionando como garantia de liberdade, mas também como instrumento de limitação do poder estatal.

(Chat GPT. Princípio da legalidade. Acesso em: 16 set. 2025)

1) No texto, o princípio da legalidade é inicialmente apresentado:

- A. como um mandamento de eficácia contida, cuja aplicação pode ser restringida por normas infralegais.
- B. como garantia fundamental que se desdobra tanto em aspectos formais quanto materiais.
- C. como regra vinculada apenas à criação de tributos, em caráter absoluto.
- D. como postulado de interpretação restritiva, que deve ser aplicado sem ponderações.
- E. como princípio de eficácia limitada, dependente de regulamentação para produzir efeitos.

2) A exceção à rigidez da legalidade tributária, conforme o texto, é justificada principalmente:

- A. pela necessidade de garantir maior segurança jurídica ao contribuinte.
- B. pela função regulatória de certos impostos, que exigem intervenção estatal ágil.
- C. pela ausência de previsão constitucional para os impostos extrafiscais.
- D. pelo caráter meramente declaratório das alíquotas do IPI e do IOF.
- E. pela impossibilidade de o legislador disciplinar matérias tributárias complexas.

3) A frase "O Brasil chorou a morte do cantor" contém figura de linguagem denominada:

- A. antítese
- B. hipérbole
- C. prosopopeia
- D. metáfora
- E. metonímia

4) Assinale a alternativa em que houve erro no emprego da forma verbal destacada:

- A. Assim que a polícia deter todos os infratores, o inquérito será concluído.
- B. Quando ele me vir na rua, não quero ser cumprimentado.
- C. Se as crianças não vierem amanhã, buscá-las-ei.
- D. Os produtos que contiverem mais informações nos rótulos serão premiados.
- E. Ele creu em Deus durante todo o período de provação.

5) A alternativa que está de acordo com a norma culta da língua portuguesa é:

- A. Haviam mais pessoas que o esperado na conferência.
- B. Fazem vinte anos que ele faleceu.
- C. Sucedeu vários temporais no sul do Brasil.
- D. Bateram duas horas o sino da matriz.
- E. Água é necessário para o motor funcionar corretamente.

6) Considere os seguintes períodos:

- I. Propôs-se soluções para o imbróglio que se formou.
- II. Os réus recorreram, porém os desembargadores mantiveram a decisão.
- III. Aqueles que detém conhecimentos suficientes serão aprovados.

Consoante a norma culta da língua portuguesa:

- A. está correto apenas o período I;
- B. estão corretos os períodos I e II;
- C. estão incorretos os períodos II e III;
- D. estão incorretos os períodos I e III;
- E. todos os períodos estão corretos.

7) A concordância verbal está incorreta em qual das seguintes frases?

- A. Não só o autor, mas também o réu estavam interessados em um acordo que pusesse fim à lide.
- B. Foi rebatida a maioria das teses da acusação.
- C. O autor alegou que havia muitas provas contra o réu.
- D. Tratam-se de provas contundentes apresentadas pelo autor.
- E. Conciliar e mediar é método eficaz de solução de conflitos.

8) Marque a alternativa em que a palavra destacada não pode ser adequadamente substituída pela que está entre parênteses na linguagem formal.

- A. O perito constatou que houve laceração do abdômen (abdome) da vítima.
- B. A testemunha disse que o réu estava bêbado (bêbedo).
- C. Não foi localizado o projétil (projetil).
- D. O autor alega que havia várias barras de ouro (oiro) dentro do cofre.
- E. O réu alegou que teve perda (perca) de memória por conta do acidente que sofreu.

9) Aponte a opção em que o plural esteja incorreto.

- A. ONG's;
- B. Carros-fortes;
- C. Ares-condicionados;
- D. Curtos-circuitos;
- E. Gravidezes.

10) Marque a alternativa correta com base na tirinha a seguir.



- A. O demonstrativo "mesmo" substantivado pelo artigo "o" não é adequado para substituir "elevador", mas, como foi empregado como sujeito na oração "o mesmo está parado no andar", a criança deduziu que se tratava de um ser.
- B. A criança comparou "o mesmo" a um monstro horrível e perigoso, com o qual deve ter cuidado, e é justamente a figura de linguagem comparação a responsável pelo efeito cômico da tirinha.
- C. A criança, desconhecendo o fato de que "o mesmo" pode, de acordo com a norma culta, substituir "elevador" no aviso que menciona, entendeu que se trata de um monstro.
- D. A criança entendeu, corretamente, que o Mesmo é um tipo de monstro que habita elevadores e razão lhe assiste em sentir medo desse ser.
- E. O humor nessa tirinha se deve ao uso da figura de linguagem metonímia, por meio da qual a criança tomou a espécie pelo indivíduo, o que deu origem a um grande engano.

11) Aponte a alternativa em que a concordância nominal está adequada.

- A. O advogado disse ao juiz: "Vossa Excelência está impedida de julgar".
- B. O juiz considerou culpados o marido e a mulher.
- C. É proibido a entrada de bebida alcoólica na sala de audiência.
- D. O defensor alegou que as testemunhas, por si só, não são suficientes para provar que o réu foi autor do crime.
- E. A testemunha disse que estava meia nervosa devido à presença do réu.

12) Quanto à colocação pronominal, assinale a alternativa em que não há erro.

- A. A testemunha não calou-se sobre o ocorrido.
- B. O pedido era absurdo, motivo pelo qual negou-se a deferi-lo.
- C. Durante a audiência de conciliação, o réu disse ao autor que jamais causou-lhe dano.
- D. As testemunhas chegaram cedo ao fórum. Quando as viu, o réu sentiu-se envergonhado.
- E. O advogado arguiu a testemunha: "Ainda lembra-se do que houve no dia da morte da vítima?"

13) Marque a alternativa em que o uso do pronome está correto.

- A. A testemunha disse com todas as letras: "Ele deu a arma pra mim guardar."
- B. O réu foi categórico ao dizer: "Não há nada entre eu e ela".
- C. A vítima alegou: "Foi feito de tudo para eu ir até o local do crime."
- D. A testemunha disse que não desconfiou de nada porque o réu parecia normal e apenas lhe perguntou: "Vamos se divertir?"
- E. O advogado disse à testemunha: "Eu tenho uma pergunta para si."

14) Quando da entrada em vigor do “Acordo ortográfico dos países de língua portuguesa”, em 2009, um jornal de circulação nacional criou uma série de quadrinhos para ajudar seus leitores a memorizar as regras. Muitos deles foram aproveitados em manuais e livros didáticos. Abaixo, apresenta-se um deles.



Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/album/2015/10/01/a-reforma-ortografica-e-os-quadrinhos.htm>.
Acesso em: 01 set. 2025.

Se a tirinha fosse usada em um manual ortográfico ou didático, qual das alternativas a seguir seria usada para exemplificar a regra em questão?

- A. Nas palavras “herói” e “heroína”, manteve-se o acento agudo, mas a palavra “heroico” o perdeu.
- B. Deixaram de ser acentuadas as palavras “estreia”, “colmeia” e “plateia”, bem como seus plurais.
- C. Continuam a ser grafadas com acento grave as formas verbais “remói” e “corrói”.
- D. Apesar de as palavras “papel”, “painel” e “revel” não receberem acento, seus plurais o receberão.
- E. As palavras “boi” e “lei” continuam a não receber acento gráfico.

Texto para as questões 15 e 16.

**PROCURADORA CITA PESSOA EM AÇÃO DE ICMS E BARROSO DIZ:
"REVIROU NO TÚMULO"**

Citação ocorreu durante julgamento no STF sobre possível caráter confiscatório de multa tributária.

Durante sessão plenária do STF nesta quinta-feira, 14, a procuradora-geral da Fazenda Nacional Luciana Miranda surpreendeu ao encerrar sustentação com verso do poema Tabacaria, de Fernando Pessoa.

A citação chamou atenção pelo contraste com o tema em julgamento, que analisa o possível caráter confiscatório da chamada "multa isolada", penalidade aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias em operações que não geram crédito tributário.

Antes de recitar o trecho, Luciana brincou: "Espero que o poeta me perdoe, porque ele evidentemente falava de pessoas, ele falava da natureza humana e eu trago para muitas tributárias".

Na sequência, citou o verso "tomaram-me por quem não era e não desmenti e perdi-me", destacando a importância de que as infrações tributárias sejam corretamente qualificadas, "sob pena de perdermos a essência da sua reprovabilidade".

Ao final, ministro Luís Roberto Barroso reagiu: "Fernando Pessoa em multa tributária... revirou o homem no túmulo".

Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/436858/pessoa-e-citado-em-acao-de-icms-e-barroso-reage--revirou-no-tumulo>. Acesso em: 06 set. 2025.

15) Assinale a alternativa em que o conectivo destacado NÃO sinaliza a relação de sentido indicada.

- A. “surpreendeu ao encerrar sustentação com verso do poema Tabacaria” – relação de tempo.
- B. “penalidade aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias” – relação de causa.
- C. “ele falava da natureza humana e eu trago para muitas tributárias” – relação de adição.
- D. “sob pena de perdermos a essência da sua reprovabilidade” – relação alternativa.
- E. "Espero que o poeta me perdoe, porque ele evidentemente falava de pessoas – relação de explicação.

16) Sopesando o relato do jornalista, as declarações da procuradora-geral e o comentário do ministro constantes da notícia, infere-se que os três consideram que:

- A. o específico excerto poético chama atenção por sua beleza, mas desvia o debate sobre o tema do julgamento.
- B. não cabe usar enunciados com valor estético e subjetivo para compor mensagens sobre matéria legal, dada a incompatibilidade temática.
- C. citação de poesia é uma estratégia lúdica, que não combina com a seriedade do debate na esfera judicial.
- D. mesmo que o sentido original conferido pelo poeta ao enunciado poético seja diverso da mensagem intentada pela jurista, a citação valoriza argumento por ela apresentado.
- E. a discrepância entre o sentido do enunciado poético e o tema jurídico é tão evidente, que em ambas as esferas de atuação seria percebido.

17) Em cada fragmento de decisão judicial abaixo apresentado, foi empregada pelo menos uma figura de linguagem.

- I. “A alegação de ilegitimidade passiva do Município é afastada diante da responsabilidade solidária dos entes públicos pela efetivação dos direitos fundamentais sociais (...).” (Agravado de Instrumento-Cv 1.0000.25.042427-2/001)

II. “Com efeito, uma das perspectivas reiteradamente mencionadas no protocolo diz respeito ao peso diferenciado que se atribui à palavra da vítima de violência de gênero. (Apelação Criminal 1.0000.24.474092-4/001)

III. “A materialidade encontra-se devidamente testificada pelo auto de prisão em flagrante delito de fls. 08/12, boletim de ocorrência de fls. 16/21, auto de apreensão de fl. 46 e termo de restituição de fl. 48, sem prejuízo da prova oral produzida.” (Apelação Criminal 1.0000.23.176789-8/001)

IV. “Realmente, o processo penal não tem caminhado de mãos dadas com o surgimento de novos meios de apreensão e de representação da realidade.” (Apelação Criminal 1.0000.25.222081-9/001)

Há prosopopeia ou personificação nos fragmentos:

A. I e II.

B. III e IV.

C. II, III e IV.

D. I, II e IV.

E. II e III.

18) Assinale a alternativa que completa a frase:

Os demandantes estão dois meses aguardando a homologação do seu acordo.

A. a cerca de

B. à cerca de

C. acerca de

D. há a cerca de

E. há cerca de

19) As cortes superiores firmaram entendimento _____ teor é, em síntese, o seguinte: na ação em que se pleiteiam alimentos em favor de filhos menores, é _____ a legitimidade ativa, devendo o genitor assisti-_____ ou prover-_____ o necessário para a subsistência.

Assinale a alternativa em que está correta a sequência de pronomes no período acima.

- A. cujo – destes – los – lhes
- B. cujo – desses – los – lhes
- C. que – destes – lhes – los
- D. qual – desses – lhes – los
- E. qual – destes – los – los

20) Em todas as alternativas abaixo, há incoerência no emprego do conectivo, exceto:

- A. Outra versão foi apresentada, sobretudo, durante a oitava do Apelante durante o Tribunal do Júri e pelas documentações juntadas pela defesa.
- B. O Código de Processo Civil em seu art. 77 enumera, além do dever de observância à boa-fé previsto no art. 5º do mesmo diploma, os demais deveres dos sujeitos processuais, onde se destaca a obrigação de "expor os fatos em juízo conforme a verdade".
- C. De acordo com a exordial acusatória, o denunciado, de forma livre, consciente e voluntária, com intenção de matar, por motivo fútil e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, tentou matar J.M.R., com o emprego de instrumento contundente que não foi a causa eficiente de sua morte por circunstância alheia à vontade do denunciado, qual seja, a vítima foi prontamente socorrida e encaminhada ao hospital.
- D. Tendo ocorrido efetiva inversão da posse dos bens subtraídos, os quais foram, outrossim, apenas parcialmente recuperados, e isso somente após a apelante ser submetida a revista pessoal, consumados restaram os delitos de furto estampados na denúncia.
- E. Acrescenta, ademais, que o d. magistrado sentenciante formou sua convicção no sentido de que o cultivo de cogumelos era sofisticado com base no testemunho policial, sem que fosse determinada realização de perícia.

Questões de Conhecimentos Específicos

21) Na doutrina, José dos Santos Carvalho Filho assim define o ato administrativo: “a exteriorização da vontade dos agentes da Administração Pública ou de seus delegatários, nessa condição, que, sob regime de direito público, vise à produção de efeitos jurídicos, com o fim de atender ao interesse público”.

Assinale a alternativa que apresenta os planos lógicos do ato administrativo:

- A. existência, validade e eficiência
- B. validade, capacidade e organicidade
- C. eficiência, eficácia e legitimidade
- D. existência, validade e eficácia
- E. conformidade, eficácia e existência

22) Aponte a hipótese que veicula a correta distinção entre autarquias e fundações:

- A. autarquias não visam lucro, mas as fundações podem ter esse objetivo
- B. fundações são sempre instituídas por prazo certo e autarquias criadas por prazo indeterminado
- C. as autarquias só podem ser instituídas pela União, enquanto que fundações podem ser criadas também por Estados e Municípios
- D. as fundações integram a administração direta e as autarquias a administração indireta
- E. as autarquias se submetem ao regime do direito público e as fundações ao direito público ou privado

23) Para o reconhecimento da responsabilidade civil objetiva do Estado nos termos do art. 37, § 6o, Constituição Federal e obrigação indenizatória pelo poder público, o ofendido deve demonstrar a presença dos seguintes requisitos:

- A. elemento subjetivo, conduta e dano
- B. conduta, dano e nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso
- C. nexo de causalidade, elemento subjetivo e ausência de caso fortuito ou força maior
- D. ausência de culpa de terceiro, elemento subjetivo, conduta e dano
- E. dano, elemento subjetivo, conduta e ausência de sua culpa como vítima

24) Marina, 34 anos, diagnosticada com transtorno do espectro autista (TEA), vive de forma autônoma, trabalha em uma empresa e realiza, sem impedimentos, os atos da vida civil. Ao ajuizar ação no Juizado Especial Cível, o réu alegou que os atos processuais por ela praticados deveriam ser considerados nulos, sob o argumento de que Marina seria “absolutamente incapaz”. O juiz leigo, ao examinar a questão, considerou as alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei no 13.146/2015), que modificou dispositivos do Código Civil, em especial os arts. 3º e 4º.

À luz da legislação aplicável, é correto afirmar:

- A. Marina, em razão de sua deficiência, é absolutamente incapaz e deve ser representada por curador em todos os atos da vida civil.
- B. A pessoa com deficiência mental ou intelectual é relativamente incapaz e deve ser assistida em todos os atos da vida civil, inclusive por meio de tomada de decisão apoiada, que substitui sua manifestação de vontade.
- C. O Estatuto da Pessoa com Deficiência alterou o Código Civil para afirmar que a deficiência não afeta a capacidade civil plena, salvo decisão judicial que imponha curatela, a qual não gera incapacidade absoluta e está limitada apenas aos atos patrimoniais e negociais.
- D. A capacidade de Marina depende de análise médica prévia, sendo presumida como restrita até avaliação judicial.
- E. O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê tutela administrativa para pessoas com deficiência que exercem atividade remunerada.

25) Durante a pandemia de Covid-19, Roberto precisou internar sua filha com urgência. Ao buscar atendimento no Hospital Vida Plena, foi informado de que havia apenas um leito de UTI disponível, cujo custo havia sido reajustado para um valor três vezes superior ao habitual. Apesar do preço abusivo, Roberto concordou com a contratação, temendo pela vida da filha. Após a alta médica, ajuizou ação para discutir ou invalidar o contrato.

Nessas circunstâncias, a conduta do hospital configura:

- A. Lesão, caracterizada quando uma das partes, em situação de necessidade ou por inexperiência, assume prestação desproporcional à contraprestação.
- B. Negócio jurídico válido, uma vez que o preço é regido pela livre iniciativa e pela lei da oferta e da procura.
- C. Coação, pois a contratação se deu sob ameaça direta à integridade da filha do contratante.
- D. Estado de perigo, hipótese em que, para salvar-se ou salvar pessoa de sua família de grave dano, alguém assume obrigação excessivamente onerosa, conhecida pela outra parte.
- E. Simples onerosidade excessiva, que autoriza a resolução do contrato independentemente da conduta da outra parte.

26) Durante um passeio em via pública, Marcelo conduzia seu cão de grande porte sem o uso de focinheira, embora estivesse com coleira. Em determinado momento, o animal escapou do controle de Marcelo, correu até uma praça próxima e atacou um grupo de

peessoas, causando lesões físicas em mais de uma delas. Algumas das vítimas ingressaram com ações indenizatórias no Juizado Especial Cível.

À luz das disposições do Código Civil sobre responsabilidade por fato de animal, é correto afirmar:

- A. A responsabilidade pelos danos é do Município, que deveria fiscalizar o uso de focinheira em cães perigosos.
- B. Os danos não são indenizáveis, pois foram causados por animal irracional, sem intervenção humana direta.
- C. Marcelo só poderá ser responsabilizado se for comprovado que agiu com dolo ou culpa na condução do animal.
- D. Marcelo responde pelos danos causados a todas as vítimas, salvo se provar força maior ou culpa exclusiva das vítimas.
- E. A indenização será devida apenas às vítimas que comprovarem lesões permanentes ou invalidez temporária.

27) Carlos adquiriu, da Incorporadora Sol Nascente, um lote no loteamento Jardim do Sol, na cidade de Rio Claro, descrito e marcado como o de número nove da Quadra B, pagou integralmente pelo preço acordado e entrou na posse do bem indicado, agindo de boa-fé. Após a aquisição, Carlos encomendou materiais para a construção de sua casa e iniciou a obra com a ajuda de um pedreiro. Quando a construção estava bem adiantada, Carlos recebeu um comunicado da Incorporadora Sol Nascente, informando que houve um erro na marcação dos lotes, sendo que o verdadeiro lote nove da Quadra B estava ao lado, e o terreno em que Carlos estava construindo era, na verdade, o lote dez, comprado por Rafael, que já havia, inclusive, registrado corretamente seu título no cartório de Registro de Imóveis.

Com base nas normas do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A. Caso não haja solução amigável entre os envolvidos, com a permuta dos terrenos entre Carlos e Rafael às custas da Incorporadora Sol Nascente, Carlos deverá devolver o terreno a Rafael, mas terá direito à indenização pela construção, ou, se a construção exceder consideravelmente o valor do terreno, Carlos adquirirá, mesmo contra a vontade de Rafael, a propriedade do solo, pagando indenização fixada judicialmente. Em qualquer caso, a Incorporadora responde a ambos por perdas e danos.

- B. Carlos, mesmo tendo adquirido a posse do lote de boa-fé, a perdeu automaticamente ao receber o comunicado da Incorporadora Sol Nascente. Como o lote foi identificado erroneamente, Carlos não tem direito a indenização por parte de Rafael, legítimo proprietário do terreno, que o recebe com a construção realizada, sem ônus. Carlos, porém, pode pleitear indenização por danos materiais e morais em face da Incorporadora Sol Nascente.
- C. Carlos adquiriu a posse de boa-fé, mas passou a ser possuidor de má-fé quando recebeu o comunicado da Incorporadora Sol Nascente. Ao não devolver imediatamente o terreno a Rafael, ele perde todo o direito à indenização, tanto por parte de Rafael quanto pela Incorporadora, uma vez que a posse passou a ser injusta.
- D. Caso não haja uma solução amigável entre as partes, com a permuta dos terrenos entre Carlos e Rafael, às custas da Incorporadora Sol Nascente, Carlos deverá devolver o terreno a Rafael, sem direito a indenização por parte deste. Além disso, Carlos deverá indenizar Rafael, legítimo proprietário do terreno, pelos danos causados à propriedade devido à obra. No entanto, Carlos poderá pleitear indenização por danos materiais e morais contra a Incorporadora Sol Nascente.
- E. A única solução possível no caso em questão é a permuta dos terrenos entre Carlos e Rafael, de modo que Carlos passa a ser o proprietário do lote 10 e Rafael do lote 9, sem qualquer responsabilidade da Incorporadora Sol Nascente, considerando haver uma cláusula no contrato que a isenta de toda responsabilidade pela falha na marcação dos lotes.

28) Relativamente aos princípios constitucionais e infraconstitucionais dispostos no CPC/2015, assinale a alternativa correta.

- A. Reforça-se a exigência de contraditório efetivo e elimina-se o contraditório postecipado (também chamado de diferido ou postergado) previsto no texto processual civil de 1973.
- B. O princípio da boa-fé processual (art. 5º) é destinado, tão somente, às partes e aos seus advogados.
- C. O art. 7º assegura às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, de modo que não se pode mais falar em prazo diferenciado para a prática de ato processual por parte da Fazenda Pública ou do Ministério Público.

D. A regra da ordem cronológica de julgamento (art. 12) é de observância obrigatória tanto para os juízes e tribunais, quanto para o escrivão ou chefe de secretaria.

E. O princípio da cooperação processual (art. 6º) se relaciona à prestação efetiva da tutela jurisdicional e representa a obrigatoriedade de participação ampla de todos os sujeitos do processo, de modo a se obter uma decisão de mérito justa e efetiva em tempo razoável.

29) De acordo com as regras gerais sobre o cumprimento de sentença, é incorreto afirmar:

A. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade da obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

B. As questões relativas à validade do procedimento do cumprimento de sentença deverão ser arguidas pelo executado em autos apartados e nestes serão decididas pelo juiz.

C. O cumprimento da sentença não pode ser promovido contra o fiador, coobrigado ou corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.

D. No caso de cumprimento provisório de sentença, a caução para o levantamento de depósito em dinheiro será dispensada se a sentença a ser provisoriamente cumprida estiver em consonância com súmula da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou em conformidade com acórdão proferido no julgamento de casos repetitivos.

E. O cumprimento de sentença que reconheça a obrigação de pagar poderá ser feito perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição, o juízo do atual domicílio do executado ou o juízo do local onde se encontrem bens sujeitos à execução.

30) No que se refere ao processo de execução, assinale a assertiva incorreta.

A. Para garantir a efetividade do processo executivo é possível que o juiz, em qualquer momento, determine que sujeitos indicados pelo exequente forneçam informações relacionadas ao objeto da execução, tais como documentos e dados que tenham em seu poder. Para a entrega desses documentos ou dados, o juiz pode, inclusive de ofício, determinar as medidas necessárias ao cumprimento da ordem judicial.

B. Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta omissiva ou comissiva do executado que dificulta ou embaraça a realização da penhora. Se comprovada a conduta, o executado será punido com multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente.

- C. O cessionário pode prosseguir na execução forçada quando o direito resultante do título executivo lhe for transferido por ato entre vivos. A sucessão, nessa hipótese, depende de consentimento do exequente.
- D. A execução de título extrajudicial pode ser promovida contra o responsável titular de bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.
- E. São títulos executivos extrajudiciais, dentre outros, o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas.

31) Em relação ao ato conciliatório, à competência e à sistemática recursal, assinale a alternativa correta:

- A. O não comparecimento do autor à audiência de conciliação gera o reconhecimento da revelia, exigindo a redesignação do ato para data futura.
- B. O acesso sempre independará, tanto em primeiro quanto em segundo grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- C. Os Juizados Especiais somente têm competência para homologar acordos realizados em suas dependências, motivo pelo qual não podem ser homologados acordos pré-processuais.
- D. Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente tanto o foro do domicílio do autor quanto o do local do ato ou fato.
- E. O recurso nominado deve ser recebido, em regra, nos efeitos devolutivo e suspensivo.

32) Sobre as modalidades de intervenção de terceiros, competência e partes, assinale a alternativa correta:

- A. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro, exceto a assistência e o chamamento ao processo.
- B. Não mais remanesce a competência para o processamento e o julgamento daquelas causas previstas no inciso II do art. 275, do CPC/73.
- C. Podem ser julgadas as causas cíveis de menor complexidade, entre elas as ações de despejo para uso próprio e as que não excedam a quarenta vezes o salário mínimo, inclusive as ações possessórias sobre bens imóveis, limitadas a esse valor.
- D. Não poderão propor ações quaisquer pessoas jurídicas, o incapaz, o preso, a massa falida e o insolvente civil.

E. O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, desde que possua vínculo empregatício com a pessoa jurídica.

33) Na Seção XII da Lei nº 9.099/95, que se refere à “sentença”, assinale a alternativa incorreta:

- A. a sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve relatório resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.
- B. é ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida nesta Lei.
- C. no recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.
- D. o preparo será feito, independentemente de intimação, nas setenta e duas horas seguintes à interposição, sob pena de deserção.
- E. o juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

34) Em relação à resposta do réu, às provas e aos juízes leigos, marque a alternativa correta, conforme disposição expressa da Lei nº 9.099/95:

- A. a contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, incluída a arguição de suspeição ou impedimento do Juiz.
- B. admite-se a reconvenção e, mesmo havendo pedidos contrapostos, não poderá ser dispensada a contestação formal sendo que ambos serão apreciados na mesma sentença.
- C. as testemunhas, até o máximo de duas para cada fato e para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
- D. os conciliadores e Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com um ano de experiência, ficando impedidos de exercer a advocacia perante a Justiça Comum, enquanto no desempenho de suas funções.
- E. ainda que não requeridas previamente, todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

35) Durante audiência de instrução e julgamento no Juizado Especial Cível, uma consumidora alegou que seu veículo novo apresentou defeitos reiterados no sistema de freios, sem solução definitiva pela concessionária. A empresa, por sua vez, afirmou que o automóvel estava em perfeitas condições, mas não apresentou laudo técnico nem comprovou revisão de segurança.

Considerando o Código de Defesa do Consumidor:

- A. A ausência de informação adequada ao consumidor não gera defeito do produto nem enseja responsabilidade civil, salvo se comprovado dolo do fornecedor.
- B. A responsabilidade do fornecedor por defeito do produto é subjetiva, exigindo prova de culpa, e a inversão do ônus da prova somente se aplica nas ações de publicidade enganosa.
- C. O dever de informação é relativo: basta que o fornecedor demonstre ter entregue manual técnico, ainda que redigido em língua estrangeira.
- D. A inversão do ônus da prova deve ocorrer sempre na sentença, porque constitui regra de julgamento, e o juiz não pode antecipá-la durante a instrução.
- E. O fornecedor responde objetivamente pelos danos causados por defeito do produto, inclusive por informações insuficientes ou inadequadas, cabendo-lhe provar que o defeito não existe ou que houve culpa exclusiva do consumidor; a inversão do ônus da prova pode ser determinada judicialmente, devendo ocorrer preferencialmente na fase de saneamento do processo.

36) Um passageiro ajuizou ação de indenização por danos morais em face de companhia aérea em razão do cancelamento de voo internacional, sem aviso prévio e com realocação em outra companhia apenas no dia seguinte. A empresa defendeu-se afirmando tratar-se de fortuito interno decorrente de manutenção técnica, invocando a Convenção de Montreal para limitar o valor da indenização.

Assinale a alternativa correta:

- A. A responsabilidade do transportador aéreo é subjetiva, dependendo de prova de culpa, e o fortuito interno exclui o dever de indenizar.
- B. O cancelamento de voo caracteriza apenas mero aborrecimento, afastando a obrigação de indenizar, salvo se comprovado prejuízo financeiro efetivo.
- C. A empresa responde objetivamente pela falha na prestação do serviço, pois o fortuito interno — vinculado ao risco da atividade — não exclui sua responsabilidade; além disso, a

indenização por dano moral não está sujeita à tarifação prevista na Convenção de Montreal, devendo observar os critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

D. A Convenção de Montreal prevalece em todas as hipóteses de indenização por danos, materiais ou morais, em transporte aéreo internacional, afastando a incidência do CDC.

E. O dano moral, nas relações de consumo, deve ser sempre fixado em valor tarifado previamente em lei ou tratado internacional, sob pena de enriquecimento sem causa do consumidor.

37) Em ação civil pública proposta por associação de consumidores, questiona-se a validade de cláusula contratual constante em contratos de financiamento habitacional que autoriza a instituição financeira a alterar unilateralmente a taxa de juros remuneratórios em caso de “mudança nas condições de mercado”. O juízo de primeiro grau reconheceu a abusividade da cláusula, determinando sua nulidade e a restituição dos valores pagos a maior, ao passo que o tribunal local reformou a sentença, entendendo tratar-se de cláusula que reflete a “autonomia privada das partes”.

Com base no Código de Defesa do Consumidor e no microssistema de tutela coletiva, assinale a alternativa correta:

A. A cláusula que confere ao fornecedor a possibilidade de alterar unilateralmente o preço ou a taxa de juros é abusiva, por violar o equilíbrio contratual, o princípio da boa-fé objetiva e o dever de transparência, podendo ser declarada nula de ofício pelo juiz, independentemente de requerimento da parte.

B. A variação unilateral dos encargos contratuais pelo fornecedor é válida, desde que prevista em contrato de adesão e comunicada previamente ao consumidor, ainda que sem possibilidade de recusa ou rescisão imediata.

C. O controle judicial de cláusulas abusivas limita-se à verificação formal da transparência, sendo vedado ao magistrado avaliar o conteúdo econômico ou a proporcionalidade da obrigação.

D. O reconhecimento de cláusula abusiva em contrato de consumo depende de prova técnica pericial que demonstre prejuízo econômico concreto ao consumidor, não podendo o juiz declarar a abusividade apenas com base em juízo de valor jurídico.

E. Em contratos de adesão submetidos ao CDC, a alteração unilateral de taxas de juros é admissível desde que respaldada por circunstâncias macroeconômicas supervenientes, demonstrando-se a boa-fé do fornecedor.

38) Sobre o princípio da anterioridade em matéria tributária é correto afirmar:

- A. o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de competência da União Federal, deve atender à anterioridade de exercício e à noventena.
- B. a fixação da base de cálculo do ITCD, de competência dos Estados e Distrito Federal, deve observar apenas a anterioridade de exercício.
- C. as contribuições para a seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, aplicando-se-lhes a anterioridade de exercício.
- D. a fixação da base de cálculo do IPTU, de competência dos Municípios, deve observar apenas a anterioridade de exercício.
- E. o imposto sobre produtos industrializados, de competência da União Federal, deve atender apenas à anterioridade de exercício, não à noventena.

39) No tocante ao *cashback* é incorreto afirmar:

- A. lei complementar disporá sobre as hipóteses de devolução do imposto a pessoas físicas, portadoras de necessidades especiais, inclusive os limites e os beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.
- B. será obrigatório nas operações de fornecimento de energia elétrica e de gás liquefeito de petróleo ao consumidor de baixa renda, podendo a lei complementar determinar que seja calculada e concedida no momento da cobrança da operação.
- C. não integrará a base de cálculo do PIS/PASEP.
- D. acontecerá tanto no âmbito do IBS quanto no da CBS.
- E. será gerido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil a quem caberá elaborar relatórios gerenciais e de prestação de contas relativos aos valores devolvidos, dentre outros.

40) No tocante ao IBS e à CBS, os novos tributos sobre o consumo, é correto afirmar:

- A. são de competência compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- B. incidirão sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos ou serviços realizados por pessoa física ou jurídica, sujeitos passivos habituais ou não do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.

- C. terão legislação única e uniforme em todo o território nacional, exceto no tocante à fixação da alíquota e na definição das hipóteses de imunidade.
- D. lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, exceto se residente ou domiciliada no exterior.
- E. lei complementar disporá sobre o processo administrativo fiscal de ambos os tributos.